

Estrutura de classe e distribuição de renda no Brasil*

Class Structure and Income Distribution in Brazil

Francisco Paulo Cipolla e Dayani Cris de Aquino**

Resumo: O presente trabalho tem dois objetivos: formalizar o problema da distribuição de renda a partir da teoria econômica exposta por Marx em *O Capital* e analisar a relação entre a distribuição de renda no Brasil e sua respectiva estrutura de classe. A análise da distribuição de renda deve ser feita em dois níveis necessários: a divisão primária da renda, que se dá entre salários de trabalhadores produtivos e mais valia; e a divisão secundária da renda, que se dá quando a mais valia é dividida entre os diversos tipos de capitais (industrial, comercial, bancário etc.), os trabalhadores improdutivos e o Estado. Buscou-se identificar, na Tabela de Recursos e Usos (TRU) do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, os percentuais de renda apropriados pela classe capitalista frente àqueles apropriados pela classe trabalhadora, evidenciando que o problema da concentração de renda está no antagonismo entre capital e trabalho que se expressa por meio da taxa de mais valia.

Palavras-chave: Distribuição de renda. Estrutura de classe. Trabalho Produtivo.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the distribution of income on the basis Marx's theory of value and surplus value. It distinguishes between a primary distribution of income whereby the new value created by productive labor is divided between productive employees and surplus value, and a secondary distribution of income which deals with the division of surplus value among the different forms of capital, namely, capitals that are productive of surplus value and capitals that are not. We argue that the growth of unproductive labor which tends to dampen the rate of growth maybe associated with an increase in the wage share, a result that runs against Piketty's predictions. The empirical section uses the Table of Resources and Uses, the TRU of the Brazilian System of National Accounts to trace the evolution of the primary income distribution between productive workers and capitalists in the newly created value, as well as the secondary income share of total wages, both from productive and unproductive workers. It is shown that total labor share increases despite the growth in the rate of surplus value which indicates the growing weight of unproductive labor in the economy.

* Submissão: 17/10/2022 | Aprovação: 12/03/2023 | DOI: 10.5380/re.v44i84.92408

** Respectivamente: (1) Professor do Departamento de Economia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil | OCIRD: 0000-0002-7380-4662 | E-mail: cipolla@ufpr.br | (2) Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil | ORCID: 0000-0002-2841-6601 | Email: dayani@ufpr.br



Keywords: Distribution of income. Class structure. Productive labor.

JEL: B51. D46. E25. J21.

1. Introdução

O problema da distribuição de renda já foi tratado por diversas escolas de pensamento. Os economistas clássicos (Smith e Ricardo), por exemplo, partem de um enfoque semelhante ao de Marx, apesar de diferenças conceituais levarem a resultados distintos, ambos dialogam com a teoria do valor-trabalho. A tradição neoclássica parte do enfoque da oferta e da demanda como determinantes dos preços dos fatores de produção e, neste caso, a análise diverge completamente em relação a Marx, pois, como se sabe, a teoria do valor-trabalho não desempenha nenhum papel na teoria neoclássica. Podemos lembrar diversos autores que já trataram o tema, ainda que não como objetivo central, como é o caso de Keynes (1936), as contribuições de Kalecki (1954), Kaldor (1956), Sraffa (1960), Pasinetti (1974) etc. Essa revisão de literatura, apesar de interessante, excede o escopo do presente trabalho e nos concentraremos a analisar à luz da teoria de Marx, apenas a mais recente contribuição sobre o tema dada por Thomas Piketty em *O capital no século XXI*, graças ao grande impacto que sua obra teve recentemente.

O presente artigo tem como objetivo formalizar o problema da distribuição de renda a partir da teoria econômica exposta por Marx em *O Capital* e analisar a distribuição de renda no Brasil a partir da estrutura de classe capitalista.

Para formalizar uma teoria sobre distribuição de renda com base em Marx é preciso resgatar um conceito que, apesar de básico, ainda causa muita confusão e polêmica, que é o conceito de trabalho produtivo em Marx. Este conceito é fundamental já que a renda a ser distribuída tem como fonte o trabalho produtivo. O trabalhador produtivo é o único a produzir *valor novo*. A distribuição deste *valor novo* se dá em dois níveis: o primário, que é a distribuição do valor novo criado pelos trabalhadores produtivos, em que estes se apropriam da parcela representada pelo capital variável e os capitalistas industriais se apropriam da mais valia. O segundo nível é a distribuição da mais valia entres os diversos tipos de capitais (industrial, comercial, financeiro), os trabalhadores improdutivos e o Estado.

Para análise da distribuição de renda no Brasil utilizamos a Tabela de Recursos e Usos do Sistema de Contas Nacionais do IBGE para estimarmos os resultados de variáveis como a massa salarial paga aos trabalhadores produtivos e

improdutivos, a massa de mais valia, assim como a taxa de mais valia no Brasil no período 1990 e 2015. Em seguida, identificamos o percentual representado pela classe trabalhadora na população ocupada frente ao percentual representado pelos capitalistas, com base nos dados do Censo, e comparamos com os respectivos percentuais apropriados por estas classes na renda nacional. Os dados revelam que apesar da classe trabalhadora total representar 97% da população ocupada no Brasil, em 2010, ela se apropria de apenas 54% da renda contabilizada pelo valor novo criado. Já a classe capitalista representa apenas 3% da população ocupada e se apropria de 44% do valor novo criado. A partir desta análise fica evidente que a origem da concentração de renda está no antagonismo entre capital e trabalho.

2. Critérios para identificação do trabalho produtivo

O conceito de trabalho produtivo não está plenamente detalhado em *O Capital*. Este fato talvez explique a resistência por parte de muitos marxistas, para trabalhar com esta categoria teórica. No livro I, Marx apresenta a seguinte definição que, apesar de correta, é muito genérica: “é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.” (Marx, 1985a, p.138). A leitura apressada desta definição leva ao equívoco, bastante recorrente, de conceber todo trabalhador assalariado pelo capital como produtor de mais valia. E, ainda, a generalidade da definição deixa sem resposta questões como: trabalhadores autônomos e servidores públicos produzem mais valia? Porque ramos de atividades como comércio e bancos não produzem mais valia? E as atividades administrativas, contábeis, jurídicas e de segurança produzem mais valia? E os *serviços* produzem mais valia?

Ao longo de *O Capital* Marx deixa diversas indicações teóricas que ajudam a responder as questões acima colocadas¹, entretanto, é somente em textos, como *Teorias da mais valia* (Marx, 1980) e o *Capítulo sexto inédito*

¹ Por exemplo, sobre a questão dos *serviços*, como saúde e educação: “um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário.” (Marx, 1985a, p.138). No livro II, sobre as razões que justificam ser o *transporte* uma atividade produtiva: “O resultado (...) é sua existência espacial modificada; (...) O que, porém, a indústria de transportes vende é a própria locomoção. O efeito útil acarretado é indissolúvelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transportes.” (MARX, 1985b, p. 42). Ainda no livro II, sobre os custos de circulação, Marx discute em que medida é produtivo o trabalho dispendido na realização de atividades ligadas aos custos de circulação como comércio, armazenagem, estocagem e transporte.

(Marx, 2004), que Marx analisa com mais detalhes os desdobramentos do conceito de trabalho produtivo permitindo a elaboração de critérios objetivos de classificação. Partindo destes textos Germer (2011)² extrai dois critérios que, quando atendidos simultaneamente, definem com mais clareza o que é o trabalho produtivo: 1) ser trabalho produtor de mercadoria; 2) ser trabalho assalariado pelo capital.

2.1 Primeiro critério: o trabalho produtor de mercadoria

O primeiro critério considera a necessidade de existência material da mais valia. Isto é, o fato da mais valia ser parte do *valor novo* criado pelo trabalhador produtivo, dentro do processo de produção, implica que ela deve ser parte de uma mercadoria. Logo, para que o trabalhador produza mais valia, primeiramente, ele deve produzir mercadoria. Isso nos leva à discussão do que é mercadoria. Mercadoria é a forma que o resultado do trabalho humano assume no capitalismo³. Assim, podemos dizer que mercadoria é um valor de uso produzido pelos trabalhadores no capitalismo. Mas, Marx no capítulo I de *O Capital* acrescenta: “Para produzir mercadoria, ele [o trabalhador] não precisa produzir apenas valor de uso, *mas valor de uso para outros*, valor de uso social” e Engels complementa na mesma frase “Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso *por meio da troca*.” (Marx, 1985, I, p.170). Com o desenvolvimento do capitalismo a produção capitalista de mercadorias se torna a forma dominante de produção de mercadorias. A mercadoria constitui o produto real da atividade econômica de cada país e é distribuída, necessariamente, por meio da troca (compra/venda).

² Há uma quantidade grande de trabalho marxistas cujo objeto requer a discussão do conceito de trabalho produtivo. Desde trabalhos exclusivamente teóricos como de Carcanholo (2008) até trabalhos empíricos como Pinto (2007), Araujo (2013), Freitas (2021) e Sampaio *et al.* (2022). Os trabalhos empíricos geralmente se baseiam na inestimável contribuição de Shaikh e Tonak (1994), cuja grande contribuição foi reescrever a contabilidade social convencional com base no arcabouço clássico-marxista. Contudo, nossos critérios de classificação de trabalho produtivo não se baseiam na exposição de Shaikh e Tonak (1994) e, por isso, diferem marginalmente desses autores. Nos concentramos em verificar nos textos de Marx, se os critérios reunidos por Germer (2011) são necessários e suficientes para classificar qualquer tipo de trabalho como produtivo ou improdutivo.

³ Isto não significa que a forma mercadoria surge no capitalismo, mas apenas que é no capitalismo que ela se generaliza como expressão do resultado do processo de trabalho. A forma mercadoria já aparecia esporadicamente nas sociedades antigas, como Roma e Grécia, assim como no feudalismo, mas nunca se tornou a forma generalizada de produção nestas sociedades. Mesmo no capitalismo, a depender do grau de desenvolvimento de determinado país, uma porção mais ou menos considerável do trabalho humano não assume a forma de mercadoria, como é o caso da produção para o próprio consumo.

Germer (1995) chama atenção para o fato de que a mercadoria não precisa ter uma forma física, mas pode ter a forma de uma atividade, como é o caso da maior parte dos ditos *serviços*. Por exemplo, uma peça de vestuário, um item de alimentação ou um carro são mercadorias físicas, todas elas são o resultado de um processo de trabalho que visualmente e palpavelmente se diferenciam dos elementos iniciais existentes neste processo de trabalho. Já as mercadorias-atividade (que equivalem a uma parte do que o IBGE chama de *serviços*) não são facilmente distinguíveis e nem palpáveis em relação ao próprio processo de trabalho que as criou, como por exemplo, uma aula, uma consulta médica ou um concerto musical. Todos estes exemplos são mercadorias-atividade que não se levam para casa dentro de um pacote, mas, se consomem ao mesmo tempo em que elas estão sendo produzidas.

O ponto central deste primeiro critério (o trabalho produtor de mercadoria) é identificar se o efeito útil produzido pelo dispêndio do trabalho resulta em uma *transformação real* dos elementos do processo de trabalho ou apenas numa *transformação formal*⁴. Quando o trabalho opera uma *transformação real* nos elementos constituintes do processo de trabalho capitalista (meios de trabalho e a atividade do sujeito) surgindo um valor de uso que não existia antes deste trabalho ser dispendido, então este trabalho produziu uma mercadoria e, portanto, é candidato a ser trabalho produtivo caso atenda ao segundo critério. Quando o trabalho opera apenas uma *transformação formal*, então não há novo valor de uso criado e, portanto, não há produção de mercadoria e o trabalho é dito improdutivo.

Usando este primeiro critério, várias atividades já podem ser caracterizadas como improdutivas. A primeira delas, e talvez a mais relevante na estrutura teórica de Marx, é o comércio. Marx divide a atividade comercial em comércio de mercadorias e comércio de dinheiro. Ambas não produzem mercadoria, pois o efeito útil do trabalho dispendido não consiste em uma *transformação real* dos elementos do processo de trabalho. O capital gasto com elementos fixos e circulantes do processo de trabalho da atividade comercial opera a mudança da forma mercadoria para a forma dinheiro (*transformação formal*). O trabalho dispendido pelo vendedor consiste no efeito útil de transferir

⁴ “A lei geral é que todos os custos de circulação que só se originam da *transformação formal* da mercadoria não lhe agregam valor.” (Marx, 1985b, p. 108).

o direito de propriedade das mãos dos capitalistas para as mãos dos consumidores, não criando absolutamente nada novo. Portanto, o trabalho comercial não produz mercadoria, não produz mais valia e é trabalho improdutivo, apesar de produzir um efeito útil.⁵

Junto do comércio outras atividades podem, pelo mesmo critério (não produzir mercadoria), serem caracterizadas como improdutivas, são elas:

a) Segurança privada (e também pública): atividade que opera sobre a proteção da propriedade de algo que já existe impedindo que este valor de uso seja roubado ou depredado, portanto, não produz valor de uso novo, não realiza nem mesmo uma transformação formal, este trabalho resume-se a operar a manutenção da forma da mercadoria;

b) Atividades administrativas: as atividades realizadas por secretárias, auxiliares administrativos, telefonistas, gerentes comerciais etc. que atuam nas atividades de compra e venda, atendimento ao cliente, cobrança etc. seja dentro de um capital industrial ou na esfera da circulação, são improdutivas. Entretanto, Marx enquadra o *gerente da produção* (assim como o engenheiro, o técnico e o servente) quando ligado diretamente à produção, como trabalhador produtivo, pois ele seria parte do *trabalhador coletivo*⁶.

c) Atividades contábeis: atividades que operam o lançamento de créditos e débitos, o registro de lucros ou prejuízos etc. associados à compra e venda de valores de uso existentes ou encomendados. É um trabalho que registra a transformação formal das mercadorias;

d) Atividades jurídicas: são atividades que consistem em deliberar sobre o direito de propriedade de mercadorias ou serviços, sobre direitos garantidos pela lei que estejam sendo infringidos, nas mais diversas áreas do convívio humano: trabalhista, familiar, criminal etc. A atividade de proteger esses direitos são absolutamente importantes, mas não criam valores de uso

⁵ Germer (1995) chama atenção para o frequente equívoco de associar trabalho improdutivo com trabalho inútil. O comércio, apesar de improdutivo é útil e essencial para a reprodução da sociedade capitalista, e Marx reconhece amplamente esta importância na análise feita do capital comercial no livro III.

⁶ Vale notar que o conceito de *trabalhador coletivo* deve limitar-se aos trabalhadores dentro de um mesmo processo industrial, do contrário apaga-se a existência de relações trabalhistas que ultrapassam a relação capital-trabalho. Carcanholo (2008) extrapola este limite quando ilustra o conceito de *trabalhador coletivo* com o caso da indústria da construção civil, apresentando o arquiteto como parte daquela indústria, apagando dessa forma as fronteiras entre os diferentes processos de trabalho. O problema desta interpretação é que se corre o risco de colocar como produtor de mais valia trabalhadores que se integram ao circuito do capital, não pela relação capital-trabalho (nosso segundo critério a ser discutido adiante), mas pela circulação simples de mercadoria, como é o caso dos trabalhadores por conta própria.

novos, as indenizações são sempre deduções ou do valor excedente já existente ou do valor necessário também já existente;

Estas atividades acima apresentadas não esgotam o total de atividades que podem ser enquadradas como improdutivas, mas o raciocínio aqui apresentado pode ajudar a enquadrar as demais atividades que não produzem mercadoria. Do mesmo modo, este raciocínio é útil para escapar de certas armadilhas quando se analisa atividades que, por diversas razões, são peculiares, e que parecem, à primeira vista, improdutivas, mas se analisadas atentamente se revelam produtoras de mercadorias. Vale a pena destacar três delas: o transporte, a comunicação e a limpeza.

Marx caracteriza o transporte como atividade produtiva argumentando como segue:

O que, porém, a indústria de transportes vende é a própria locomoção. O efeito útil acarretado é indissolavelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transportes. Pessoas e mercadorias viajam com o meio de transporte, e sua viagem, seu movimento espacial é, precisamente, o processo de produção efetivado por ele. O efeito útil só é consumível durante o processo de produção; ele não existe como uma coisa útil distinta desse processo, que só funcione como artigo de comércio depois de sua produção, que circule como mercadoria. Mas o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o das demais mercadorias, pelo valor dos elementos de produção consumidos para obtê-lo (força de trabalho e meios de produção) somados à mais-valia, criada pelo mais trabalho dos trabalhadores empregados na indústria de transportes. (Marx, 1985b, p. 108)

Vale notar que a atividade de transporte, assim como outras enquadradas comumente como *serviços*, tem a peculiaridade de não resultar em um produto físico distinto do próprio processo que o produziu. O ato de transportar produz um “efeito útil” que é a mudança espacial necessária das mercadorias ou pessoas, efeito este que se consome ao longo do próprio processo produtivo. Este efeito útil produz uma *transformação real* na mercadoria ou na trajetória da pessoa a ser transportada ao movê-las de um lugar a outro. Esta *transformação real* é o que caracteriza este serviço como mercadoria-atividade, diferente de serviços, cujo efeito útil consiste na mera *transformação formal* dos produtos, como é o caso do comércio que opera a transformação da forma mercadoria em forma

dinheiro ou o caso da segurança que realiza a manutenção da forma da propriedade das mercadorias.

Argumento semelhante pode ser utilizado para análise das atividades de comunicação e limpeza⁷. As atividades de limpeza produzem um efeito útil que consiste na *transformação real* do ambiente ou do produto que sofre a limpeza. No caso da limpeza de máquinas e instrumentos de trabalho o ato de limpar produz um valor de uso novo que é tornar o que antes estava sujo e impróprio para o uso em objeto limpo e apto para o uso, portanto, opera-se uma transformação real na máquina utilizada na produção da mercadoria, e no caso da limpeza de ambientes (casas, escritórios, fábricas etc.) também se opera uma *transformação real* ao tornar um ambiente sujo em ambiente limpo. A limpeza, assim como o transporte, tem a peculiaridade de ser um processo produtivo “autônomo”, que pode ser realizado em qualquer espaço, seja dentro do processo de produção de outras mercadorias, seja dentro do processo de circulação das mercadorias. Portanto, todo processo de trabalho de limpeza conduzido de forma capitalista produz valor e mais valia e é trabalho produtivo.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado à indústria de comunicação, dentro da qual Marx inclui o próprio transporte, atividades ligadas à transmissão de informações (rádio e TV), envio de cartas (correios) e que podemos incluir a propaganda, entre outras atividades.⁸ A atividade de propaganda, entendida como ramo que produz informação/conhecimento sobre os produtos e suas características é atividade produtiva tanto quanto o transporte. Os trabalhadores deste ramo ao dispenderem seu trabalho operam uma transformação real no

⁷ A atividade de limpeza faz parte, também, do chamado trabalho doméstico. Carcanholo (2008) define o trabalho doméstico, realizado pelo próprio trabalhador, como produtor de excedente, sob o argumento de que ele rebaixaria o *custo de reprodução da força de trabalho* e permitiria a economia de capital variável gerando aumento dos lucros. O problema desta interpretação é que ela apaga a diferença importante que existe entre os dois circuitos de produção de valores de uso aqui envolvidos: o circuito da produção doméstica de valores de uso (lavar, passar, cozinhar etc.), cuja realização não tem o propósito de venda, portanto, não resulta em mercadorias; com o circuito da produção capitalista em que se produzem mercadorias. Como é possível produzir mais valia (excedente) sem produzir mercadorias? A natureza improdutiva do trabalho doméstico realizado pelo próprio trabalhador merece análise mais profunda, a qual excede o escopo deste trabalho.

⁸ “Existem, porém, ramos autônomos da indústria, nos quais o produto do processo de produção não é um novo produto material, não é uma mercadoria [no sentido físico]. Entre eles, economicamente importante é apenas a indústria da comunicação, seja ela indústria de transportes de mercadorias e pessoas propriamente dita, seja ela apenas de transmissão de informações, envio de cartas, telegramas etc. (...) O resultado – que pessoas ou mercadorias sejam transportadas, – é sua existência espacial modificada; por exemplo, o fio agora se encontra na Índia e não na Inglaterra, onde foi produzido.” (Marx, 1985b, p. 42)

processo de trabalho que resulta em uma mercadoria que dará ao consumidor as informações (tanto técnicas quanto ideológicas) sobre o produto.⁹ A atividade de propaganda é trabalho produtivo tanto quanto a atividade de jornalismo é atividade produtiva. A atividade do jornalista resume-se a tornar um fato (real ou fictício) conhecido. A atividade do cientista é produtiva, pois descobre e torna as relações causais sobre fatos conhecidas. A atividade do professor é produtiva, pois leva aos alunos conhecimentos sobre os fatos. A atividade do escritor é produtiva, mesmo que o conto seja de ficção. Todas estas atividades produzem transformações reais, valores de uso que não existiam antes destes trabalhos serem despendidos, independentemente se estão associadas ao conhecimento dos fatos ou da ficção.

Em resumo, o primeiro critério a se considerar para classificar um trabalho como produtivo é se perguntar se ele produz mercadoria, isto é, se no processo de trabalho o dispêndio de força de trabalho opera transformações reais, sendo, portanto, produtivo, ou opera apenas transformações formais, sendo, portanto, improdutivo.

2.2 Segundo critério: o assalariamento e o trabalho produtivo

O segundo critério resgatado por Germer (2011) refere-se à natureza da relação trabalhista na qual o trabalhador está envolvido. Só é produtivo o trabalho que produz mais valia para um capitalista, portanto, somente os trabalhadores assalariados pelo capital, que estejam inseridos na relação capital-trabalho, são produtivos. Mas não é o assalariamento por qualquer capital que caracteriza o trabalho como produtivo. É preciso que o ciclo do capital contenha os três estágios: estágio do capital monetário (D-M), estágio do capital produtivo (P) e estágio do capital mercadoria (M'-D'):

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

⁹ Shaikh e Tonak (1994, p. 26) equiparam a atividade de propaganda à atividade de vendas “*Advertising and sales activities have the same character, because their aim is to change not the use value itself but rather the knowledge of, and desire for, this use value.*” Essa equiparação não faz sentido, já que a mudança que a propaganda opera sobre as mercadorias é real, no sentido de torná-las conhecidas dos consumidores, do mesmo modo que a mudança que o transporte opera sobre as mercadorias também é real tornando-as disponíveis espacialmente aos consumidores. Isso é totalmente diferente da atividade de vendas, cuja mudança é apenas formal, no sentido de que para o capitalista a mercadoria vira dinheiro e para o consumidor o dinheiro vira mercadoria.

E somente o ciclo do capital industrial contém estes três estágios. Os trabalhadores assalariados pelo capital comercial e pelo capital financeiro (bancos, seguradoras, financeiras etc.) são trabalhadores improdutivos, pois, apesar de serem assalariados por um tipo de capital, não atendem ao primeiro critério, não produzem mercadoria, pois não são assalariados pelo capital industrial. O ciclo do capital comercial e capital financeiro não realiza o segundo estágio (P), portanto, sua valorização se representa como $D - D'$.

Para finalizar, existem trabalhadores que atendem ao primeiro critério (produzem mercadoria), mas não atendem ao segundo (não são assalariados pelo capital). Este é o caso dos trabalhadores autônomos¹⁰ (trabalhadores que operam seus próprios meios de produção, ainda que estes meios de produção sejam bastante elementares; que não contratam força de trabalho; e que não vendem sua força de trabalho, vendem no mercado o resultado do seu trabalho, uma mercadoria), dos servidores públicos (trabalhadores que produzem produtos que não são vendidos para sociedade, mas são distribuídos ao público de acordo com critérios pré-estabelecidos, não vendem sua força de trabalho ao capital, pois são empregados pelo Estado, cujo salário não representa capital variável, mas consiste em parte da arrecadação fiscal que incide sobre trabalhadores e capitalistas¹¹) e dos trabalhadores domésticos que prestam serviço diretamente para famílias e podem ser igualados aos trabalhadores autônomos (o trabalho doméstico quando vendido diretamente a uma família é improdutivo, pois não fica estabelecida a relação capital-trabalho, mas o mesmo trabalho doméstico, cujo trabalhador vende a uma empresa não o serviço doméstico, mas sua força de

¹⁰ Carcanholo (2008) propõe uma definição adicional para o trabalho produtivo como trabalho produtor de excedente. Ao considerar o processo de reprodução em sua totalidade conclui que o trabalho do camponês ou artesão, quando apropriado pelo capital comercial, transforma-se em trabalho produtivo de excedente, ainda que não o seja de mais-valia, já que não são trabalhadores assalariados. Essa definição é insuficiente, pois, deixa de investigar qual é, de fato, a natureza da relação de trabalho entre trabalhador autônomo (por conta própria) e capital. Cipolla e Aquino (2022) analisam a natureza desta relação aplicada aos trabalhadores que realizam entregas e os capitais das plataformas digitais, rejeitando a tese de que se estabelece entre eles uma relação de assalariamento e defendendo a ideia de que esses trabalhadores realizam a circulação simples de mercadorias e são subsumidos pelo circuito do capital, de modo que a possibilidade de produção de excedente desaparece em razão das condições de concorrência entre os próprios entregadores, os quais nada mais são do que parte do exército industrial de reserva.

¹¹ Para manter a coerência com a definição de mercadoria denominamos o resultado do trabalho dos servidores públicos simplesmente por *produto* ao invés de mercadoria, já que o intuito não é a troca, mas sim a distribuição de acordo com critérios de renda ou de universalidade. Vale observar também algumas exceções de empresas ditas públicas (pois são na realidade de economia mista), como a Petrobrás, que são empresas produtivas, cujo produto é vendido no mercado, portanto, seus trabalhadores são trabalhadores produtivos, apesar de se enquadrarem nas regras jurídicas de servidores públicos.

trabalho para que a empresa venda a uma família este serviço, então se transforma em trabalho produtivo porque agora atende aos dois critérios de trabalho produtor de mercadoria e realiza-se dentro da relação capital-trabalho).

Em resumo, o quadro 1 apresenta os critérios identificadores do trabalho produtivo, os quais devem ser atendidos simultaneamente, a fim de enquadrar um trabalho como produtivo: 1) ser trabalho produtor de mercadoria e 2) ser trabalhado assalariado pelo capital industrial.

Quadro 1 – Resumo dos critérios identificadores do trabalho produtivo

Trabalhadores	Produtivos	Improdutivos
Empregados pelo capital industrial: partindo da classificação do IBGE inclui os grandes ramos agricultura, indústria e grande parte dos serviços, excetuando principalmente comércio e sistema financeiro	Produzem mercadorias e são assalariados pelo capital industrial	-
Empregados pelo capital comercial e pelo capital financeiro	-	Não produzem mercadoria
Autônomos, trabalhadores domésticos e servidores públicos	-	Não são assalariados pelo capital, apesar de produzirem valores de uso.

Fonte: elaboração própria.

3. Teoria da distribuição da renda em Marx

Para conciliar os conceitos da renda nacional usados pelos institutos de estatística com a teoria do Marx podemos dizer que a renda nacional é dividida em duas partes: a renda apropriada pelos trabalhadores e capitalistas envolvidos no circuito do capital e a renda apropriada pelos trabalhadores autônomos, os quais produzem mercadorias fora do circuito do capital, embora possam se relacionar com ele. Como veremos em mais detalhes na próxima seção, no Brasil, em 2010, a renda dos autônomos representa cerca de 10% do total da renda nacional e o restante, 90%, é a renda decorrente da atividade do trabalhador produtivo que é dividida entre trabalhadores e capitalistas ligados ao circuito do capital. Por isso a importância em esclarecer a natureza do trabalho produtivo e como identificá-lo.

A teoria da distribuição de renda em Marx focaliza a produção e distribuição do valor que se origina das atividades realizadas pelos trabalhadores

produtivos dentro do capital industrial. Neste sentido, a distribuição se dá em dois níveis: o primário, em que o valor novo criado pelos trabalhadores produtivos é dividido entre eles (os quais se apropriam do salário pago na condição de capital variável) e os capitalistas industriais (os quais se apropriam da mais valia); e o secundário, em que a mais valia é dividida entre capitalistas industriais (que se apropriam do lucro do empresário), capitalistas comerciais (que se apropriam do lucro comercial), capitalistas da esfera financeira (que se apropriam dos juros), trabalhadores improdutivos (que se apropriam da massa salarial improdutiva) e o Estado (que se apropria da parte da mais valia que se transforma em impostos, além da parte do capital variável que também é tributado, mas que não será analisado aqui).

3.1 Distribuição primária da renda

Partindo de uma economia abstrata com apenas duas classes sociais¹², quais sejam, capitalistas e trabalhadores produtivos, o valor a ser repartido entre capitalistas e trabalhadores é o *valor novo* produzido pelo trabalho produtivo, isto é, o valor da produção anual subtraído do capital constante consumido na sua produção. Essa é a renda líquida a ser repartida.

A divisão primária da renda é, então, a divisão do *valor novo* gerado pela força de trabalho empregada produtivamente entre salários pagos (v) aos trabalhadores produtivos e mais valia apropriada pela classe capitalista que os emprega (m). Essa divisão depende apenas da taxa de mais valia.

Se definirmos a parcela de mais valia, p_m , como a mais valia, m , sobre o trabalho novo adicionado no ano ($v+m$), teremos:

$$p_m = \frac{m}{v+m} \quad (1)$$

Se dividirmos todos os elementos dessa equação por v obtemos a parcela de mais valia expressa exclusivamente em termos da taxa de mais valia ($m' = m/v$):

$$p_m = \frac{m'}{1+m'} \quad (2)$$

Isso quer dizer que a parcela de mais valia depende exclusivamente do grau de exploração da força de trabalho, m' .

¹² O modelo aqui apresentado é extraído das indicações de Marx em O Capital e Shaikh (2016).

A dependência da divisão primária da renda exclusivamente em relação à taxa de mais valia fica ainda mais clara quando tomamos em consideração a parcela salarial, p_v :

$$p_v = \frac{v}{v+m} \quad (3)$$

Se dividirmos ambos numerador e denominador por v encontramos que a parcela salarial na renda é determinada unicamente pela taxa de exploração da força de trabalho:

$$p_v = \frac{1}{1+m'} \quad (4)$$

Essa equação indica que à medida que a taxa de mais valia aumenta a parcela salarial na renda diminui. Dado um conjunto fixo de meios de consumo necessários à reprodução da força de trabalho, essa divisão da renda, essa divisão da renda é determinada exclusivamente pelo grau de produtividade do trabalho e, portanto, é um fenômeno que se produz na esfera da produção¹³.

Numa sociedade puramente constituída de capitalistas industriais e trabalhadores produtivos e sem Estado, a fórmula acima seria uma medida exata da distribuição de renda entre capitalistas e trabalhadores e evoluiria exclusivamente em termos das mudanças no grau de exploração da força de trabalho.

Porém, como veremos a seguir, existem fenômenos ligados às atividades improdutivas, como o comércio, por exemplo, no qual os custos de circulação são sustentados por uma fração da mais valia. Os salários dos trabalhadores comerciais, por exemplo, são custeados pela mais valia produzida nos circuitos do capital industrial. Se somados aos salários dos trabalhadores produtivos teríamos que uma parte da mais valia do denominador desaparece para reaparecer como salário dos trabalhadores improdutivos no numerador, aumentando dessa forma a parcela salarial. Nas *Contas Nacionais* dos EUA os salários aparecem inflados e a mais valia correspondentemente subestimados. É por isso que não se pode tomar a relação entre lucros e salários, tal como disponível nas *Contas Nacionais*, como um indicador da taxa de mais valia. Shaikh e Tonak (1994) foram os primeiros a enfatizar essa falha na utilização das *Contas Nacionais*

¹³ “It follows that the overall degree of income inequality ultimately rests on the ratio of profits to wages, that is, on the basic division of value added. This is a fundamentally classical result.” (Shaikh, 2016, p. 756).

pelos economistas marxistas americanos e ingleses. A utilização da razão lucro/salário como medida da taxa de exploração levou a uma proliferação das interpretações da crise do final dos anos 60 como uma crise de *profit squeeze*.

3.2 Distribuição secundária da renda: trabalho improdutivo e parcela salarial

A distribuição secundária da renda, isto é, a repartição da mais valia extorquida dos trabalhadores produtivos, depende, por sua vez, das leis específicas da concorrência que regem a magnitude do lucro comercial e a reposição dos custos de circulação; do juro pago sobre o capital de terceiros; da renda da terra; da tributação que termina por se transformar na renda de uma parte do proletariado empregado pelo Estado.

Mas não são somente as frações da classe capitalista que partilham da divisão da mais valia gerada pelos trabalhadores produtivos. Os salários dos trabalhadores do comércio, por exemplo, como parte que são dos custos comerciais, são pagos com uma fração da mais valia da sociedade¹⁴. O mesmo pode ser dito dos trabalhadores das finanças e do Estado.

Antes de prosseguirmos com a análise da divisão da mais valia entre as frações da classe capitalista necessário se faz uma análise da punção sobre a mais valia que representa o trabalho improdutivo na sociedade capitalista.

Para distinguirmos entre trabalhadores produtivos e improdutivos é necessário introduzir uma mudança na notação de forma que representaremos os salários pagos aos trabalhadores produtivos como v_p e os salários pagos aos trabalhadores improdutivos como v_i .

Com essa nova notação podemos representar a parcela salarial dos trabalhadores produtivos, p_p , no valor por eles produzidos como:

$$p_p = \frac{v_p}{v_p + m} \quad (5)$$

Dividindo-se numerador e denominador por v_p resulta que a parcela salarial diminui à medida que aumenta a taxa de mais valia, como ilustrado anteriormente.

¹⁴ Ver Germer e Beloto (2006) para uma formalização rigorosa desse problema.

Mas a força de trabalho ocupada inclui trabalhadores improdutivos que recebem salários como seus concidadãos de classe, os trabalhadores produtivos. Então, a participação dos trabalhadores na renda deve ser modificada para incluir os trabalhadores improdutivos. Sendo v_i os salários dos trabalhadores improdutivos temos, então, que a parcela dos salários na renda, p_v , fica modificada da seguinte forma:

$$p_v = \frac{v_p + v_i}{v_p + m} \quad (6)$$

Essa fórmula nos dá a participação de todos os trabalhadores, produtivos e improdutivos, no valor adicionado pelos trabalhadores produtivos.

A parcela de mais valia também sofre uma modificação e por isso passamos a chamá-la de parcela de lucro, uma vez que a mais valia a ser dividida entre as várias frações da classe capitalista é diminuída pelos custos incorridos com a sustentação dos trabalhadores improdutivos:

$$p_l = \frac{m - v_i}{v_p + m} \quad (7)$$

Dessa fórmula podemos obter a taxa máxima de crescimento da economia que seria a mais valia disponível para acumulação ($m - v_i$) dividida pelo capital industrial adiantado, C_i :

$$g_{max} = \frac{m - v_i}{C_i} \quad (8)$$

ou

$$g_{max} = \frac{m}{C_i} - \frac{v_i}{C_i} \quad (9)$$

Deduz-se dessa fórmula que o aumento da participação do trabalho improdutivo na economia reduz a taxa máxima de acumulação de capital. É possível, pois, termos um resultado exatamente contrário ao proposto por Piketty (2013) que associa o problema da concentração de renda, isto é, a redução da parcela salarial, com o fato da taxa de lucro estar acima da taxa de crescimento. Na abordagem de Marx se a parcela salarial dos trabalhadores improdutivos aumenta isto implica num aumento da parcela salarial total, redução da mais valia e redução da taxa de crescimento. Portanto, uma taxa de crescimento em queda, dada uma taxa de lucro, não implica, necessariamente, em redução da parcela salarial. A teoria de que a concentração de renda emana de $r > g$ não tem respaldo na teoria de Marx.

4. Das Kapital versus Le Capital: taxa de crescimento e taxa de lucro

A teoria de Piketty (2013)¹⁵ se baseia na distinção entre renda da propriedade e renda do trabalho. Como a propriedade de ativos de capital que geram renda é concentrada, uma taxa de retorno, r , maior do que a taxa de acumulação, g , implica que a renda oriunda da propriedade crescerá mais rapidamente do que a renda oriunda do trabalho.

Assim, quanto maior for o diferencial entre taxa de lucro e taxa de crescimento maior é a renda capitalista relativamente à renda do trabalho. A análise da distribuição de renda com base nas categorias marxistas mostra exatamente a possibilidade contrária. O crescimento do peso relativo do trabalho improdutivo na economia levaria a uma redução da taxa de crescimento. No entanto, esse decréscimo da taxa de crescimento não estaria associado a uma deterioração da parcela salarial, mas pelo contrário com o seu aumento.

Existem várias outras deduções que reduzem a mais valia transformável em capital adicional. A repartição secundária da renda é a divisão da mais valia nas várias formas de propriedade do capital. Para efeitos de ilustração consideraremos apenas a existência de capital comercial, que será representado pelas letras C_{co} . Supondo que o capital comercial seja constituído somente de custos puros de circulação, ou seja, que não inclua transporte, conservação e outras atividades que configurem atividades de produção e abstraindo do capital de aquisição das mercadorias a serem revendidas, o C_{co} será igual à soma $c_{co} + v_{co}$, respectivamente os materiais de comércio mais os salários do comércio. Como os elementos materiais e os meios de consumo dos trabalhadores comerciais têm que ser repostos pelo produto excedente da economia, a mais valia deve ser reduzida pelo montante da soma daqueles dois valores, enquanto ao capital industrial da economia deve ser acrescido o capital comercial total C_{co} . A taxa de lucro com capital comercial deve ser expressa como:

$$\bar{r} = \frac{m - C_{co}}{C_i + C_{co}} \quad (10)$$

¹⁵ Neste trabalho nos concentramos exclusivamente na crítica, a partir de uma visão marxista, da relação entre taxa de crescimento e taxa de lucro apresentada por Piketty. Para uma revisão mais detalhada dos principais pontos criticados por outros autores ver o artigo de Marques e Leite (2016), que revisa os trabalhos de Michel Husson, David Harvey, Yanis Varoufakis e Robert Boyer, analisando os conceitos apresentados por Piketty sobre, renda, riqueza, capital, longo prazo, além da sua interpretação do pensamento de Marx. Os autores destacam, também, alguns problemas existentes na base de dados utilizada por Piketty.

Essa é a taxa de referência para o processo de equalização da taxa de lucro entre os ramos capitalistas produtivos de valor e mais valia (C_i) e os ramos capitalistas improdutivos de valor e mais valia aqui representados pelo capital comercial (C_{co}). Nessas condições, a mais valia total se decompõe da seguinte forma:

$$m = (\bar{r} \cdot C_i) + (\bar{r} \cdot C_{co}) + C_{co} \quad (11)$$

De modo que o aumento do peso dos ramos improdutivos na economia tende a diminuir a taxa de crescimento, pois reduz o montante de mais valia disponível para a acumulação. Porém, se a proporção dos custos salariais no C_{co} se mantém constante, então, a redução na taxa de crescimento é compatível com um aumento da parcela dos salários na renda, fenômeno que não se coaduna com a visão de Piketty de que $r > g$ leva à redução da parcela salarial.

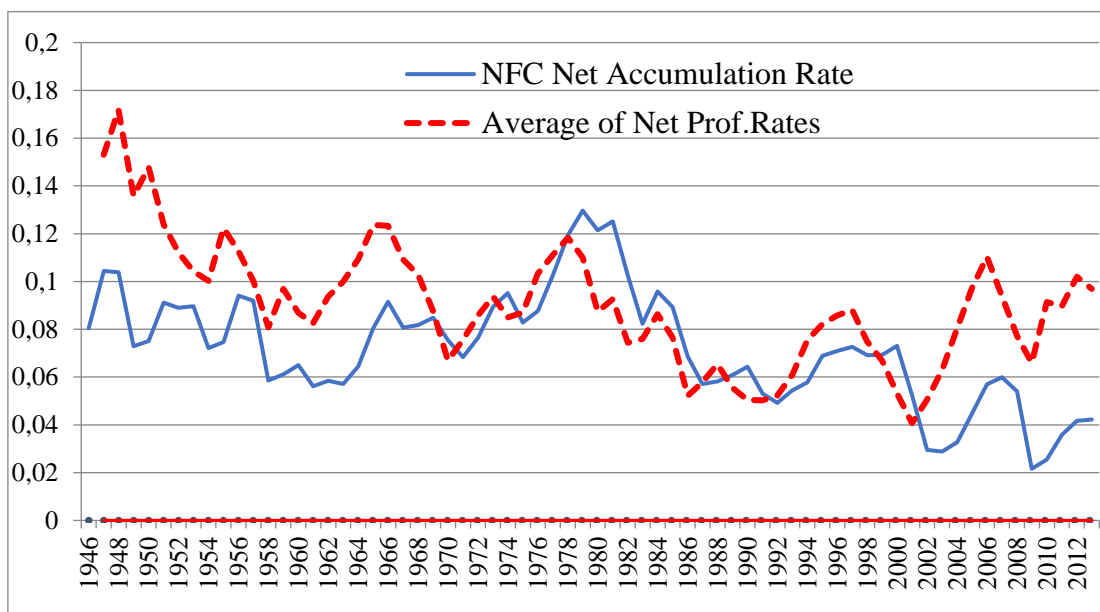
O argumento básico de Piketty (2013) de que a taxa de lucro maior do que a taxa de crescimento faz a renda sobre a propriedade crescer mais rapidamente do que a renda do trabalho não se sustenta.

Na verdade, a taxa de lucro é consistentemente maior do que a taxa de crescimento porque da mais valia se deduzem o consumo capitalista, o pagamento de juros sobre o crédito bancário, os dividendos distribuídos aos acionistas, os impostos do Estado, e assim por diante. Mesmo se o financiamento externo pudesse compensar essas deduções, a punção no período subsequente aumentaria. Uma tentativa de financiar o *gap* entre r e g levaria mais cedo ou mais tarde a uma crise de endividamento ou a um calote aos acionistas com a interrupção da distribuição de dividendos.

5. A experiência empírica

A tesoura que se abre entre g e r nos primeiros anos do presente milênio tem sido alvo de interpretações as mais diversas. Esse fenômeno capturou a atenção de Piketty que viu no aumento da diferença entre aquelas duas variáveis as bases para um novo período de concentração exacerbada da renda. No entanto, como demonstram os dados oficiais, a taxa de lucro é predominantemente superior à taxa de crescimento durante todo o período 1946-2013, se excetuar a década 1978-1988.

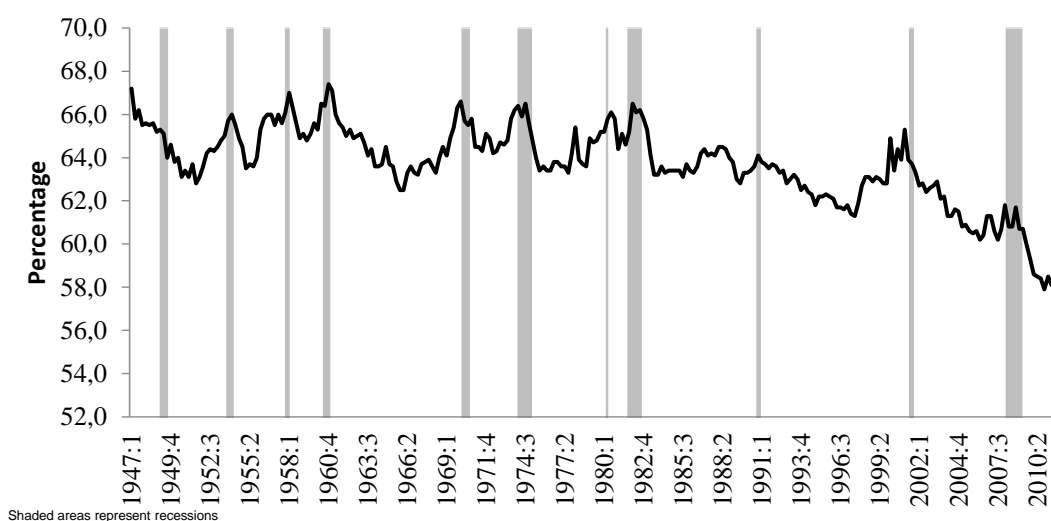
Gráfico 1 – Taxa de lucro e taxa de acumulação das corporações não-financeiras (EUA, 1945-2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados obtidos em BEA (2018).

No gráfico 1 fica patente que a taxa de lucro é consistentemente superior à taxa de acumulação. Ademais, seria preciso que Piketty explicasse como foi que durante os anos dourados, nos quais a taxa de lucro esteve substancialmente acima da taxa de crescimento, o problema da concentração de renda não se colocava com tanta ênfase como agora. De fato, a parcela salarial durante o período do pós-guerra até o advento do neoliberalismo é estável, apresentando flutuações ao longo de uma curva sem tendência.

Gráfico 2 – Parcela salarial no produto do setor capitalista não-agrícola (1947-2012)



Fonte: Fleck, Glaser, e Sprague (2011)

A teoria de Piketty conflita com os dados. O período no qual o *gap* entre taxa de lucro e taxa de acumulação era o mais alto (1947-1970) foi o período de relativa estabilidade da participação do trabalho na renda. O primeiro movimento de redução acentuada da participação do trabalho na renda ocorre precisamente no período (1983-1995) em que taxa de acumulação e taxa de lucro estão mais próximas uma da outra. O outro movimento já se refere ao século XXI e fundamenta a preocupação de Piketty com a redução da taxa de crescimento da economia muito abaixo da taxa de lucro como se pode ver no gráfico 1.

Para uma avaliação empírica mais coerente do problema da concentração de renda com base na teoria marxista é necessário um esforço para estabelecer a correlação entre as variáveis produzidas pelos organismos oficiais de estatística e as categorias teóricas expostas por Marx em *O Capital*¹⁶. Para isso é preciso

¹⁶ O método aqui aplicado é bastante simples. Consiste em partir do conceito de trabalho produtivo discutido na primeira seção e reagrupar os dados da Tabela de Recursos e Usos do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, com o objetivo de obter as estimativas dos conceitos da teoria de Marx. Todas as categorias são retiradas diretamente de *O Capital* (como valor novo criado, parcela salarial e parcela de mais valia etc.), mantendo a terminologia de Marx. As variáveis estimadas aqui se diferenciam daquelas estimadas nos trabalhos de Pinto (2007), Araujo (2013), Freitas (2021) e Sampaio *et al* (2022) já que nosso objeto é a comparação entre a estrutura de classe e a apropriação da renda. Parece que a única variável em comum entre os trabalhos é o cálculo da taxa de mais valia e, neste caso, os resultados se assemelham, apesar de utilizarmos critérios práticos diferentes para definição de trabalho produtivo. A semelhança de resultados se deve ao fato de que os dados disponíveis estão em nível de agregação que não permite o reagrupamento detalhado das categorias trabalho produtivo e improdutivo, com base nos respectivos critérios, de modo que todos os trabalhos acabam por usar os mesmos setores disponíveis

identificar nas estatísticas oficiais, especificamente no Sistema de Contas Nacionais, os números que correspondem aos conceitos das equações já discutidas.

O Quadro 2 apresenta essa correlação, que nos permite ter uma aproximação, com base nos dados das Contas Nacionais, da magnitude da concentração de renda no Brasil pela ótica marxista. Nesta perspectiva, a concentração de renda é determinada pela taxa de mais valia, ou seja, pela divisão do valor novo criado pelos trabalhadores produtivos entre salários dos trabalhadores produtivos e a mais valia apropriada pelo capital. Para chegar nesta distribuição, que está apresentada no gráfico 3, foi preciso reagrupar os dados disponíveis na matriz dos *Componentes do Valor Agregado* da *Tabela de Recursos e Usos* disponível no Sistema de Contas Nacionais.

A matriz utilizada possui 12 colunas que representam os setores da economia, dos quais 8 formam o setor produtivo, segundo a teoria do Marx, ou seja, o setor em que se produz valor e, portanto, mais valia (Agropecuária; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; Construção civil; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Outros serviços). Os 4 setores restantes formam o setor improdutivo (Comércio; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Atividades imobiliárias e aluguéis; Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social).

Vale notar que, da categoria chamada *Valor Adicionado Bruto* descontamos a categoria *Rendimento dos autônomos* a fim de obter o que Marx chama de *Valor Novo* criado pelos trabalhadores produtivos.

Quadro 2 – Correlação entre os conceitos marxistas e as variáveis do Sistema de Contas Nacionais

Conceitos marxistas	Variáveis das Contas Nacionais
Setor produtivo e setor improdutivo	TRU (Tabela de Recursos e Usos), matriz <i>Componentes do valor adicionado</i> . (Remunerações, Excedente operacional bruto, Rendimento dos autônomos e Impostos líquidos de

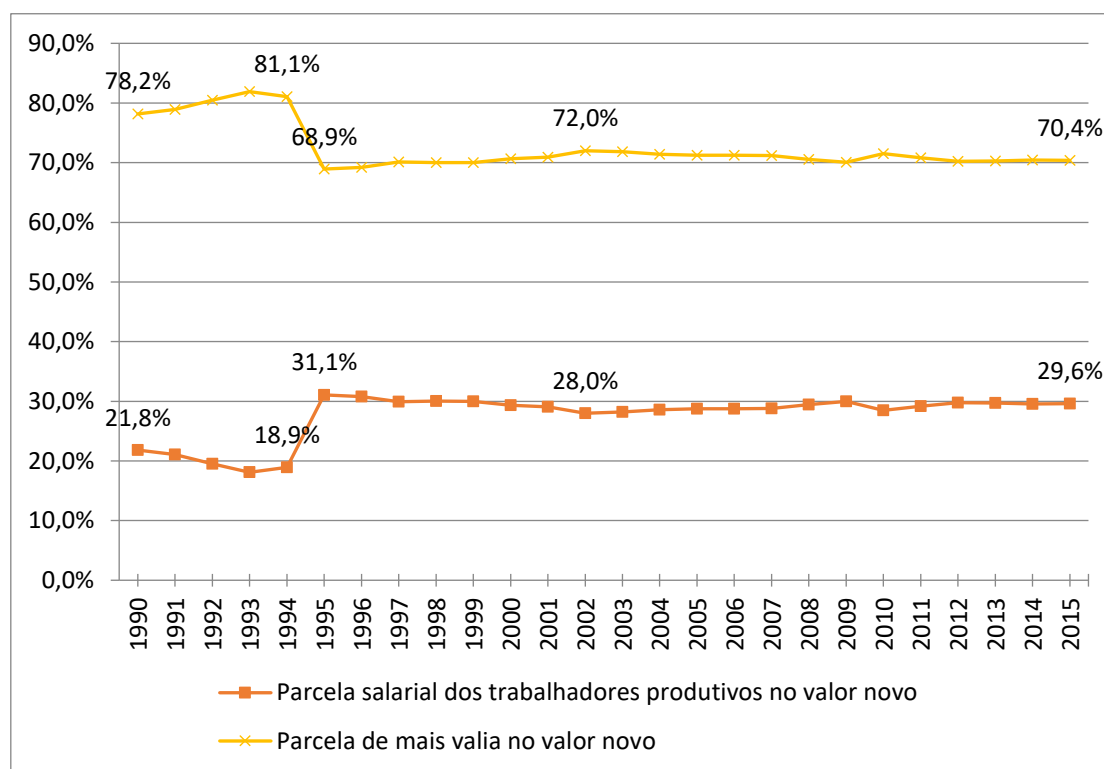
para realizar os cálculos. De qualquer modo, vale destacar que a nossa discordância classificatória sobre o conceito de trabalho produtivo em relação aos trabalhos citados, os quais se baseiam em Shaikh e Tonak (1994), parece resumir-se a pouquíssimas atividades, como é o caso da atividade de propaganda.

	subsídios) desagregados em 12 setores. Setor produtivo: Agropecuária; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; Construção civil; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação, Outros serviços. Setor improdutivo: Comércio; Intermediação financeira; Seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Atividades imobiliárias e aluguéis; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.
V = valor novo criado pelo trabalho produtivo	Equivale ao Valor Adicionado Bruto menos o Rendimento dos Autônomos. Denominado simplesmente como <i>Valor Novo</i> .
v = massa salarial paga ao total dos trabalhadores	Equivale a categoria Remunerações, que inclui salários, contribuições sociais efetivas, previdência oficial, previdência privada, contribuições sociais imputadas).
v_p = massa salarial paga aos trabalhadores produtivos	Equivale a soma da categoria Remunerações, dos oito setores eleitos como produtivos.
v_i = massa salarial paga aos trabalhadores improdutivos	Equivale a soma da categoria Remunerações, dos quatro setores eleitos como improdutivos.
m = mais valia	Equivale ao valor novo criado pelos trabalhadores produtivos menos a massa salarial paga a estes trabalhadores produtivos. Uma forma alternativa de cálculo é a soma das categorias Excedente Operacional Bruto e Impostos Líquidos de Subsídios de ambos os setores, produtivo e improdutivo, mais a massa salarial paga aos trabalhadores improdutivos.
p_v = parcela salarial total	Equivale a participação salarial do total de trabalhadores no valor novo criado pelos trabalhadores produtivos.
p_p = parcela salarial dos trabalhadores produtivos	Equivale a participação salarial dos trabalhadores produtivos no valor novo criado por eles mesmos.
p_i = parcela salarial dos trabalhadores improdutivos	Equivale a participação salarial dos de trabalhadores improdutivos no valor novo criado pelos trabalhadores produtivos.
p_m = parcela de mais valia	Equivale a parcela de mais valia no valor novo
p_l = parcela de lucros	Equivale a participação do somatório de todos os ganhos do capital (lucro industrial, lucro comercial, juros, aluguéis etc.), genericamente denominado lucro, no valor novo criado pelos trabalhadores produtivos. É calculado dividindo o EOB pelo valor novo.

Fonte: elaboração própria

Depois de reagrupados estes 12 setores em apenas 2, produtivo e improdutivo, é possível obter a participação referente às remunerações dos trabalhadores produtivos (v_p) e dos trabalhadores improdutivos (v_i), que chamamos aqui de *parcela salarial*, respectivamente produtiva e improdutivo. Para obter o valor referente a *mais valia* (m) foi preciso somar a célula referente às *Remunerações* dos trabalhadores improdutivos mais a célula referente ao *Excedente Operacional Bruto* (EOB) e a célula referente aos *Impostos Líquidos de Subsídio*. Alternativamente, pode-se calcular a *mais valia* subtraindo do *Valor Novo* o montante referente às *Remunerações* dos trabalhadores produtivos (v_p).

Gráfico 3 – Distribuição primária da renda (distribuição do valor novo entre salários dos trabalhadores produtivos e mais valia) (Brasil, 1990-2015)



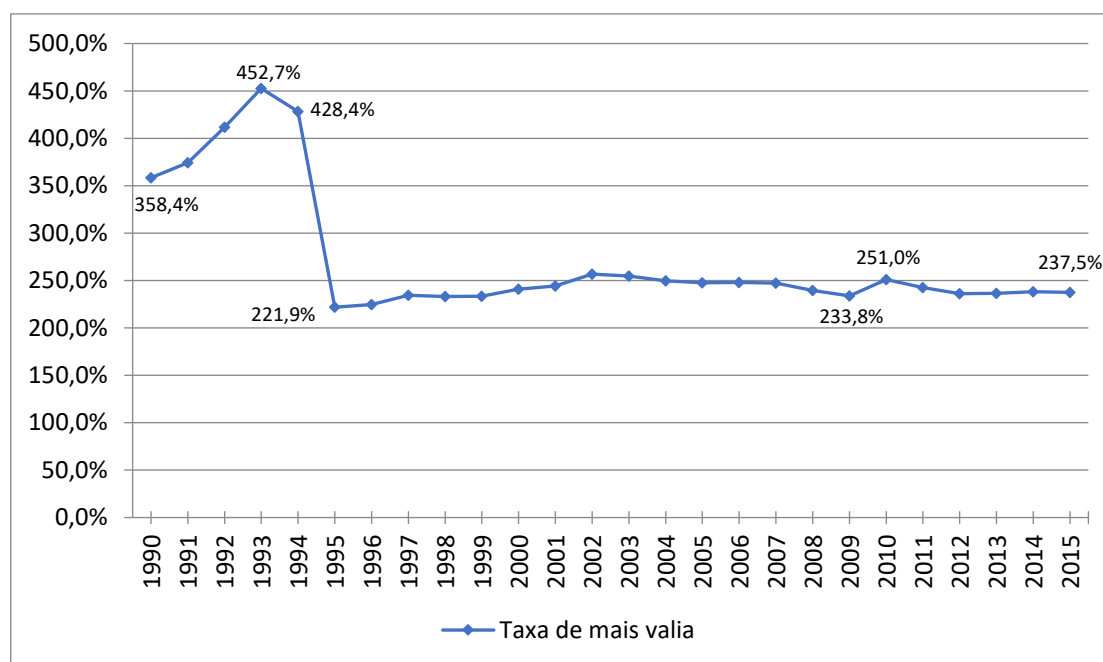
Fonte: IBGE (2018)

O Gráfico 3 mostra que parte significativa do *Valor Novo* criado pelos trabalhadores produtivos é apropriada na forma de mais valia. Entre os anos 1990 e 1994 a massa salarial paga aos trabalhadores produtivos diminuiu passando de 21,8% em 1990 para 18,9% em 1994, enquanto que a mais valia cresceu passando de 78,2% em 1990 para 81,1% em 1994. A partir de 1995 observa-se

uma mudança estrutural, provavelmente causada pela estabilidade econômica produzida pelo Plano Real, colocando as duas séries numa trajetória estável. A mais valia se mantém, entre 1995 e 2015, em torno de 70% do *Valor Novo* e a massa salarial em torno de 30% do *Valor Novo*. Cabe destacar que, a exemplo da parcela salarial americana mostrada no gráfico 2, a parcela salarial no Brasil entre 1995 e 2015 é bastante estável.

A taxa de mais valia (m/v_p) segue as mesmas tendências observadas para as parcelas de mais valia e de salários. Ela é crescente entre 1990 e 1994, atingindo seu maior valor em 1993, 452,7% e depois de 1995 se estabiliza em torno de 220% a 240%, conforme mostra o Gráfico 4. Nota-se, como demonstrado pela equação 4, que a parcela salarial diminui quando aumenta a taxa de mais-valia e vice versa.

Gráfico 4 – Taxa de mais valia (Brasil, 1990-2015)



Fonte: IBGE (2018)

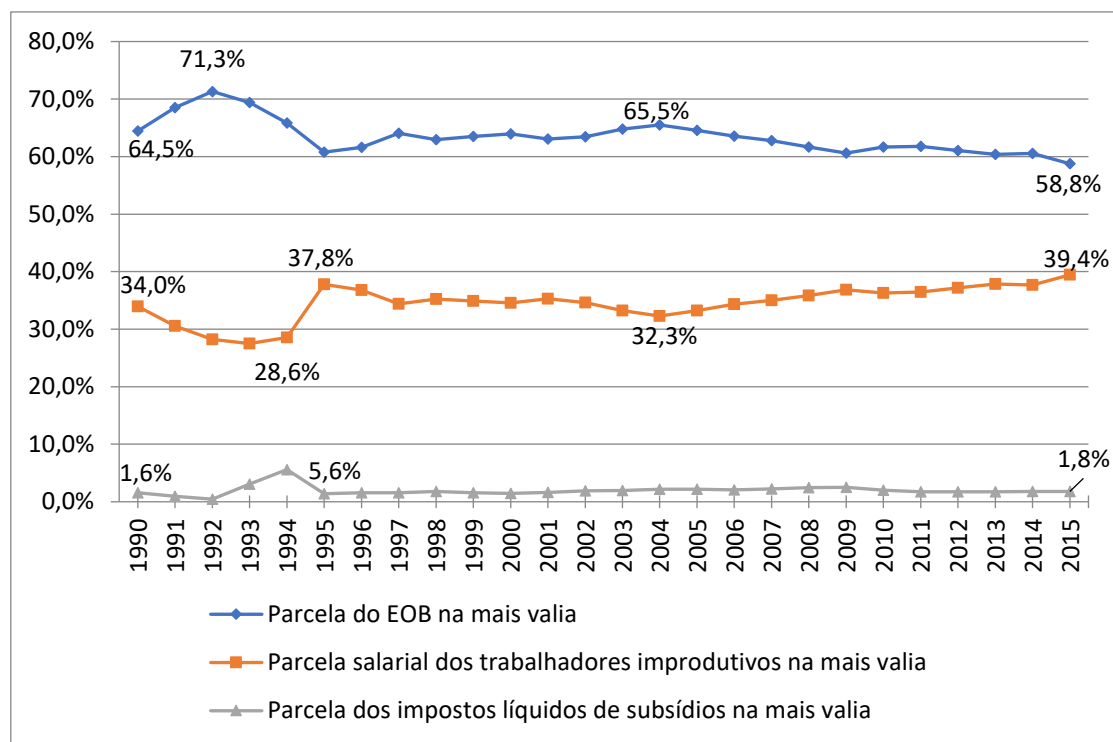
Para analisar a distribuição secundária da renda, isto é, a distribuição da mais valia entre os detentores dos diversos tipos de capital, os trabalhadores improdutivos e o Estado pode-se usar como *proxy* as seguintes variáveis: a parcela da mais valia apropriada pelos detentores dos diferentes tipos de capital (produtivo, comercial, bancário etc.) está dada pela variável Excedente

Operacional Bruto que reúne todas as rendas do capital. A parcela da mais valia paga aos trabalhadores improdutivos equivale a variável *Remunerações* do setor improdutivo. E finalmente, a parcela da mais valia apropriada pelo Estado é dada pela variável *Impostos Líquidos de Subsídios*.

No Gráfico 5 observamos novamente o período 1990 a 1994 afetado provavelmente pelo fator inflacionário que garante um ganho expressivo por parte do capital, sobretudo ganhos financeiros e uma queda da participação dos salários dos trabalhadores improdutivos no Valor Novo. A partir de 1995 observa-se que a parcela destinada a remunerar os diversos tipos de capital torna-se mais estável com queda a partir de 2004, em que representava 65,5% da mais valia, passando para 58,8% em 2015. Por outro lado, os salários dos trabalhadores improdutivos realizam a trajetória inversa em 2004, passando de 32,3% para 39,4%.

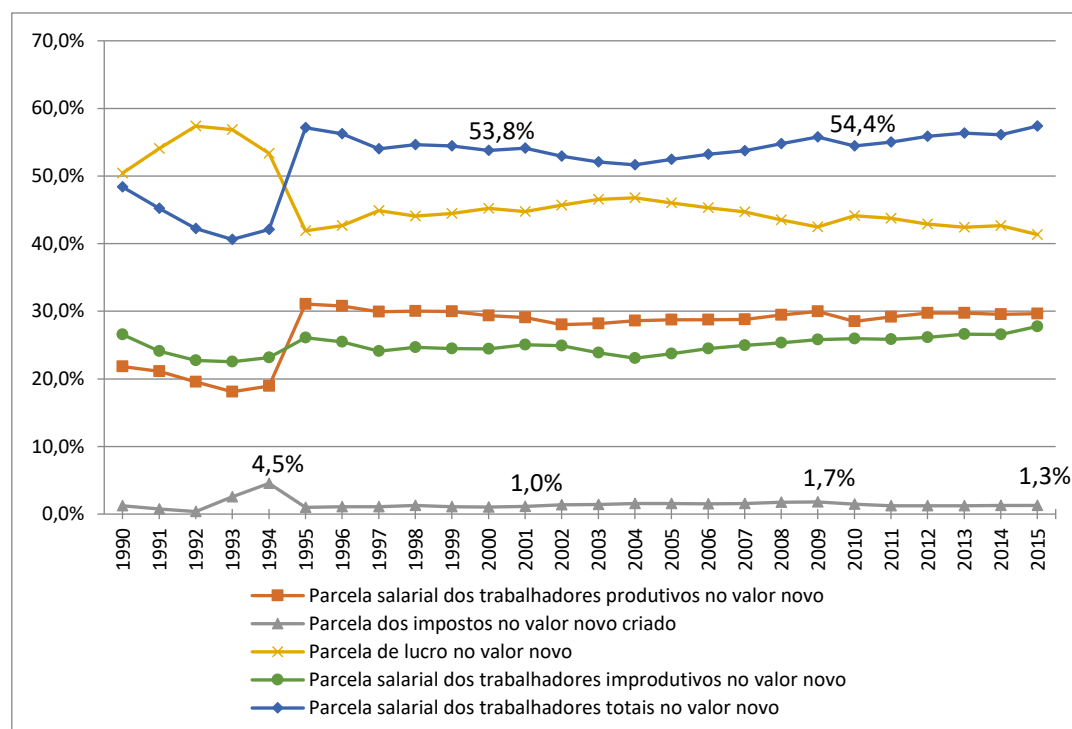
Se compararmos a distribuição do *Valor Novo* entre trabalhadores produtivos, improdutivos e capitalistas temos os resultados do Gráfico 6. De todo o *Valor Novo* criado pelos trabalhadores produtivos, para o ano de 2015, a classe capitalista se apropriou, nas diversas formas de ganhos do capital (lucro industrial, comercial, juros, etc.) de 41,4%, os trabalhadores improdutivos se apropriaram de 27,8% e os trabalhadores produtivos se apropriaram de 29,6%.

Gráfico 5 – Divisão secundária da renda (distribuição da mais valia entre I, I e si) (Brasil, 1990-2015)



Fonte: IBGE (2018)

Chama atenção que a parcela de impostos sobre o produto seja parte bem pequena do *Valor Novo* criado, ao contrário do que se costuma ouvir no discurso da classe capitalista.

Gráfico 6 – Distribuição do valor novo entre as classes (Brasil, 1990-2015)

Fonte: IBGE (2018)

É notável, também, que a parcela de lucro no valor novo (Gráfico 6) demonstre leve tendência de queda a despeito da taxa de mais valia (Gráfico 2) se mostrar estável no mesmo período. Isso pode ser explicado, conforme demonstrado pela equação 7, pelo crescimento da parcela de salários de trabalhadores improdutivos que diminui a parcela de lucro.

A natureza da concentração de renda somente se revela por completo quando associamos estes dados do PIB pela ótica da renda aos dados da distribuição da população ocupada nas diversas classes no capitalismo.

As Tabelas 1 e 2 mostram que a classe trabalhadora, incluídos aí tanto os trabalhadores produtivos, improdutivos como as categorias em declínio que são os trabalhadores familiares e os trabalhadores na produção para o próprio consumo, representam 76,6% da população ocupada no Brasil em 2010. Apesar disso, eles se apropriam de apenas 49% do Valor Adicionado Bruto (VAB) ou 54,4% do Valor Novo. Enquanto a classe capitalista que representa apenas 2% da população ocupada se apropria de 39,7% do VAB ou 44,1% do Valor Novo, ou seja, cerca de 40% da renda gerada no capitalismo se concentra nas mãos de 2% da população ocupada.

Tabela 1 – Relação entre a População Ocupada e a Apropriação da Renda (VAB) (Brasil, 2010)

População Ocupada			PIB pela ótica da Renda		
Classes	2000	2010	Variáveis	2000	2010
Empregados*	73,65%	76,6%	Parcela salarial	46,7%	49,0%
Empregadores	2,9%	2,0%	Parcela de lucro	39,3%	39,7%
Conta própria	23,5%	21,5%	Rendimento misto	13,1%	10,0%
Estado	-	-	Impostos**	0,9%	1,3%
Total	100,00%	100,0%	Total	100,0%	100,0%

Fonte: População Ocupada: Censo (2010); PIB pela ótica da Renda: IBGE (2018).

Notas: *Inclui Trabalhadores assalariados com e sem carteira, trabalhadores familiares, trabalhadores na produção para o próprio consumo. **Impostos sobre a produção

Importante notar que a Tabela 1, por tratar da renda a partir do VAB, permite a comparação das classes trabalhadora e capitalista, com a categoria *Conta própria*, pois trata-se de toda a renda gerada inclusive o chamado *Rendimento misto* que é a renda gerada pela categoria *Conta própria*. Já a Tabela 2 não permite esta comparação uma vez que a análise gira em torno do *Valor Novo* criado pelos trabalhadores produtivos e este valor não é compartilhado pela categoria *Conta própria*. Por esse motivo excluímos a categoria *conta própria* e tomamos a população ocupada como o somatório de trabalhadores e capitalistas.

Tabela 2 – Relação entre a População Ocupada¹⁷ e a Apropriação da Renda (VN) (Brasil, 2010)

População Ocupada			PIB ótica Renda		
Classes	2000	2010	Variáveis	2000	2010
Empregados*	96,0%	97,0%	Parcela salarial	53,8%	54,4%
Empregadores	4,0%	3,0%	Parcela de lucro	45,2%	44,1%
Estado	-	-	Impostos**	1,0%	1,4%
Total	100,0%	100,0%	Total	100,0%	100,0%

Fonte: População Ocupada: Censo (2010); PIB pela ótica da Renda: IBGE (2018)

Notas: * Inclui Trabalhadores assalariados com e sem carteira, trabalhadores familiares, trabalhadores na produção para o próprio consumo. ** Impostos sobre a produção

A comparação entre os grupos da população ocupada, que definem a estrutura de classe no capitalismo, e as parcelas que os respectivos grupos apropriam da renda demonstra que o problema da concentração de renda está na

¹⁷ Aqui a população ocupada é o somatório de trabalhadores e capitalistas excluindo-se a categoria *conta própria*.

divisão da sociedade em proprietários e não proprietários dos meios de produção, portanto, somente a superação desta estrutura de classe deve trazer consigo a superação da concentração de renda.

6. Conclusão

O objetivo deste artigo foi trazer para a discussão, no campo marxista, a importante temática da concentração de renda. Importante porque uma vez reconhecido o problema e identificada sua causa, as reflexões no sentido de tentar resolvê-lo nos levam cada vez mais em direção a necessidade de superação do modo de produção capitalista.

Separamos o problema da distribuição de renda em dois níveis necessários de análise: a divisão primária da renda, que se dá entre salários de trabalhadores produtivos e mais valia; e a divisão secundária da renda, que se dá quando a mais valia é dividida entre os diversos tipos de capitais (industrial, comercial, bancário etc.), os trabalhadores improdutivos e o Estado. Os resultados da análise da divisão primária da renda nos mostram que o aumento ou a diminuição da parcela salarial apropriada pelos trabalhadores produtivos depende exclusivamente da taxa de mais valia.

Ao analisar a divisão secundária da renda concluímos que a parcela salarial dos trabalhadores improdutivos, por ser uma renda deduzida da mais valia, reduz a taxa máxima de acumulação de capital. É possível, pois, termos um resultado exatamente contrário ao proposto por Piketty, que associa o problema da concentração de renda, logo a redução da parcela salarial, com o fato da taxa de lucro estar acima da taxa de crescimento. Nossa conclusão é contrária, pois se a parcela salarial dos trabalhadores improdutivos aumenta, isto implica num aumento da parcela salarial total com redução da taxa de crescimento. Resumindo, isto significa que a taxa de crescimento em queda, dada uma taxa de lucro, não implica, necessariamente, em redução da parcela salarial. A teoria de que a concentração de renda emana de $r > g$ não tem respaldo na teoria de Marx.

A análise das categorias teóricas de Marx nos mostra que, ao contrário das conclusões de teorias como as de Piketty, o problema do capitalismo não está na relação entre taxa de lucro e taxa de crescimento, bastando propor políticas tributárias que corrijam esse suposto defeito. Mas o problema está, sim, no

fundamento do próprio sistema, qual seja, no antagonismo entre capital e trabalho que se expressa por meio da taxa de mais valia. Este antagonismo se acirra na medida em que o capitalismo se desenvolve, pois é acompanhado pelo fenômeno da polarização de classe em que o percentual da classe trabalhadora, na população ocupada, cresce e o percentual da classe capitalista, na população ocupada, diminui, como reflexo da centralização de capitais.

Referências

ARAÚJO, E. S. Tendências da exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo (1990-2007). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 36, p. 117-146, 2013.

BEA - Bureau of Economic Analysis. Non-financial corporation net accumulation rate e average of net profit rates. Disponível em: <https://www.bea.gov/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

CARCANHOLO, R. Capitalismo contemporâneo e trabalho produtivo. *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, p. 205-221, 2008.

CIPOLLA, F. P.; AQUINO, D. C. Capital de comércio de vendas: o trabalho de delivery sob o jugo dos capitais de plataforma. *Economia e Sociedade*, v. 31, p. 671-699, 2022.

FLECK, S.; GLASER, J.; SPRAGUE S. The compensation-productivity gap: a visual essay. *Monthly Labor Review*, January 2011.

FREITAS, A. The Rate of Surplus Value in Brazil, 1996-2016. *Review of Radical Political Economics*, v. 53(3), p. 398-422, 2021.

GERMER, C. M. Sobre o trabalho produtivo (Anexo ao capítulo 3) In : Dinheiro, capital e dinheiro de crédito - o dinheiro segundo Marx. Orientador: Waldir José de Quadros. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

GERMER, C. M. Sobre o trabalho produtivo. Notas de aula da disciplina Macroeconomia marxista, do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná. 2011.

GERMER, C.; BELOTTO, D. Marx e o problema dos custos de circulação como dedução da mais-valia. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 18, p. 62-85, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais: Brasil. Disponível em : <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso: 14 mar. 2018.

KALDOR, N. Alternative theories of distribution. *Review of Economic Studies*, XXIII, n. 2, 1956.

KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Atlas, 1982.

MARQUES, R.; LEITE, M. Notas críticas sobre O Capital no século XXI de Thomas Piketty. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 36, n. 4, p. 684-703, 2016.

MARX, K. *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. Livro I, tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1985a.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção dos Economistas. Livro II, tomo III. São Paulo: Abril Cultural, 1985b.

MARX, K. *Teorias da Mais Valia: História Crítica do pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1980.

PASINETTI, L. L. *Growth and Income Distribution*. Cambridge: Cambridge Economic Press, 1974.

PINTO, J. P. G. A contabilidade social na perspectiva clássica (capital produtivo e não produtivo: traçando um mapa do Sistema de Contas Nacionais brasileiro). Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PIKETTY, T. *Le capital au XXI^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2013.

SHAIKH, A. Income distribution, econophysics and Piketty. *Review of Political Economy*, Fall 2016.

SHAIKH, A.; TONAK, E. A. *Measuring the Wealth of Nations. The Political Economy of National Accounts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SAMPAIO, P. H. F. D.; MIEBACH, A. D.; MORRONE, H. Atividades produtivas e não-produtivas no Brasil: uma análise clássico-marxiana, 2010-2015. *Economia Ensaios*, 37 (n. esp.), p. 209-231, 2022.

SRAFFA, P. *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.